

Três décadas após o Ateneu da Juventude

José Vasconcelos, Antonio Caso e a democracia liberal¹

José Hernández Prado

Tradução de María Noemí Alfaro Mejía

O Ateneu da Juventude e seus filósofos

Em seu esplêndido e detalhado estudo sobre o Ateneu da Juventude, que existiu no México entre 1909 e 1912, a historiadora Susana Quintanilla ratifica que este teve um papel extremamente importante na demolição da filosofia que fundamentava a educação pública e mesmo a política mexicana durante a ditadura de Porfirio Díaz, que em geral se aceita ter transcorrido de 1876 a 1911. Tratava-se do positivismo, especialmente em suas formulações comtista e spenceriana. Um momento-chave dessa demolição foram as sete conferências (25 de junho a 25 de agosto de 1909) que Antonio Caso proferiu sobre o positivismo poucos meses antes de fundar oficialmente o Ateneu da Juventude, criado em 28 de outubro. Acordou-se na ocasião que Caso seria o presidente da mesa diretiva e o dominicano Pedro Henríquez Ureña, o primeiro secretário. Segundo as crônicas de Henríquez Ureña e de Alejandro Quijano, o Ateneu foi fundado com 26 ou com 31 membros, entre os quais figuravam, além dos personagens já mencionados, Alfonso Reyes, Nemesio García Naranjo, Rubén Valenti, Jesús T. Acevedo, Isidro Fabela, Luis Castillo Ledón, Ignacio Bravo Betancourt – eleito tesoureiro –, Carlos González Peña e José Vasconcelos, que

1. Este texto foi apresentado no colóquio internacional “As ciências sociais no Brasil e no México”, ocorrido na Universidade de São Paulo, em 2 de dezembro de 2015. Agradeço especialmente os comentários de Alejandro Blanco e Luiz Jackson – graças a eles esta proposta alcançou sua formulação atual.

desde a primeira reunião exigiu que o Ateneu tivesse a menor burocracia possível (Quintanilla, 2008, pp. 195-200).

Voltando à questão filosófica, talvez o mais importante que se atribui ao Ateneu da Juventude na história do México – a demolição do positivismo porfiriano – nem sequer foi uma tarefa concretizada por ele. Isso havia começado com as agudas críticas que José María Vigil dirigiu ao positivismo desde a década de 1880, na *Revista Filosófica*, impressa por Ireneo Paz (Vigil, 2013; Hernández Prado, 2010, 2013). Porém, tendo em vista que o positivismo sobreviveu a tais críticas – como claramente aconteceu –, o certo é que, mais do que o próprio Ateneu, foram os jovens intelectuais mexicanos que o alentaram, junto com outras organizações, como a revista *Savia Moderna*, a Sociedade de Conferências e Concertos ou mesmo a Universidade Nacional do México – fundada por Justo Sierra, mestre e guia espiritual dessa jovem geração. A universidade nasceu em 22 de setembro de 1910, com sua muito inovadora Escola de Altos Estudos, futura Faculdade de Filosofia e Letras. Essas organizações levaram à demolição do positivismo porfiriano com contribuições inicialmente orais e depois escritas, por meio de editoriais de reconhecidos “filósofos” do grupo, como José Vasconcelos e, em particular, Antonio Caso.

Sem dúvida, José Vasconcelos foi um genuíno ateneísta revolucionário, que aderiu à luta de Francisco Ignacio Madero, primeiro de forma democrático-eleitoral e depois, insurgente, com o levantamento armado que Madero convocou em 20 de novembro de 1910. Com seu temperamento rebelde e consolidado como filósofo e homem de letras, muito próximo aos regimes de Madero e de Álvaro Obregón, Vasconcelos não só foi nomeado presidente do Ateneu da Juventude em novembro de 1911 como também reitor da Universidade Nacional do México, em 1920, e o primeiro secretário de Educação Pública do regime revolucionário, em 1921. Vale lembrar que, na atualidade, Vasconcelos é considerado uma figura essencialmente progressista e coadjuvante da Revolução Mexicana e da construção do México moderno, como também um dos maiores educadores da história do país, apesar dos extravios e dos desvios doutrinários ocorridos depois da fraudulenta derrota que sofrera em 1929, nas eleições presidenciais em que se opôs aos desígnios do “chefe máximo” da Revolução Mexicana, Plutarco Elías Calles.

Antonio Caso, em contrapartida, amadureceu pouco antes que Vasconcelos como pensador e acadêmico. Graças à sua proximidade com Justo Sierra, começou uma brilhante carreira universitária, como professor de “altos estudos” – ou seja, de doutrinas filosóficas, metafísica e estética – na Universidade Nacional do México em 1910, e de sociologia na Escola Nacional de Jurisprudência um ano antes. Além disso, Caso foi o primeiro secretário-geral da Universidade Nacional do México. Porém, a Revolução fez com que sua carreira perdesse matizes políticos e se concentrasse

no acadêmico e universitário. Ele foi diretor da Escola de Altos Estudos em 1913 e 1919 e reitor da Universidade Nacional em 1923 e 1924. Se Vasconcelos pode ser considerado o “ateneísta revolucionário”, em oposição Antonio Caso seria o “ateneísta porfirista e conservador”, apesar de seu prestígio acadêmico ter uma forma muito progressista na conjuntura sociopolítica de 1933, quando a Universidade Nacional do México ganhou autonomia acadêmica e administrativa – para converter-se na Universidade Nacional Autônoma do México – e estabeleceu com absoluta nitidez o princípio de liberdade de cátedra, como uma liberdade de docência e pesquisa, da qual Caso foi então o campeão mais visível e indiscutível (Moreno, 1997; Estrella González, 2013) – o verdadeiro teórico mexicano desse conceito (Ezcurdia e Hernández Prado, 2012, pp. 142-144).

No entanto, apesar da fama, nem sempre Vasconcelos foi um “progressista” ou Antonio Caso, um “conservador” e “apolítico”. Certamente, tudo começou para os dois em 1909, quando cada um deles aderiu a uma causa política diferente. Nesse ano, Caso foi atraído pelos que buscavam a sétima reeleição de Porfirio Díaz e Vasconcelos se aproximou do antirreelecionismo personificado por Francisco I. Madero.

O reelecionista e o antirreelecionista

Susana Quintanilla (2008, pp.165-166) relata em seu livro que os futuros ateneístas Nemesio García Naranjo e José María Lozano estiveram entre os assistentes da primeira sessão da Comissão de Propaganda do Clube Reelectionista em março de 1909, na qual se acordou impulsionar uma publicação periódica e recrutar mais jovens intelectuais que apoiassem a próxima reeleição de Porfirio Díaz. Colaboradores da efêmera revista *Savia Moderna* e da vigente Sociedade de Conferências e Concertos, como Ignacio Bravo Betancourt, Ricardo Gómez Robelo ou Rubén Valenti, atuaram de forma decidida, enquanto outros se uniram à causa com algumas reticências, principalmente Antonio Caso.

Seguindo uma tradição do regime porfiriano, em 2 de abril de 1909, data do “aniversário do triunfo de Porfirio Díaz sobre os franceses invasores” (*Idem*, p. 167), a Convenção Nacional do Partido Reelectionista anunciou a candidatura do velho ditador e de seu correligionário, Ramón Corral, com uma cerimônia no Teatro Virginia Fábregas, entre cujos oradores figurava Antonio Caso, que também tinha aceito ser o diretor da publicação quinzenal, *A Reeleição*.

De acordo com Quintanilla, na noite anterior a essa ocasião, Caso recebeu a visita de Henríquez Ureña e lhe falou sobre sua preocupação de ter sido mal interpretado, pois ele estava a favor da democracia no mundo, mas achava que o México ainda não estava preparado para ela. Caso, sobretudo, receava perder a amizade de Alfonso

Reyes, cujo pai, o general Bernardo Reyes, tinha sido descartado como candidato à vice-presidência e também como o mais viável sucessor de Porfirio Díaz, assunto pelo qual Alfonso estava muito ressentido, além da sua insatisfação com o regime porfiriano e com a política em geral. Porém, Henríquez Ureña recomendou a Caso que fizesse seu trabalho com a maior dignidade possível, e Caso preparou e ensaiou com cuidado seu discurso, no qual:

[...] Falou acerca da democracia e da impossibilidade de implantá-la no México, censurou os ilusos que formulavam planos irrealizáveis e disse que o urgente era avançar passo a passo pela senda da república e que algum dia, quando os mexicanos pudessem ser comparados com os cidadãos de Atenas, então poderiam realizar-se os sonhos que todos almejavam (*Idem*, p. 169).

Segundo Quintanilla, o discurso passou quase despercebido para a opinião pública. Na resenha da investidura de Díaz e Corral como candidatos, *El Imparcial* nem sequer mencionou Caso e *El Herald* resumiria sua intervenção com menos palavras que as dedicadas aos demais oradores. Do mesmo modo, o trabalho de Antonio Caso como diretor de *La Reelección* foi, enfim, mais formal que real: “Simplesmente, Caso não se apresentava às reuniões da revista e eludia o contato com seus colegas. Eles entenderam a mensagem e aceitaram sem dizer nada. Por mais orgulhosos que estivessem por ter Caso em sua facção, entendiam que seu destino estava em outra parte” (*Idem*, p. 172). De fato, Caso foi substituído na direção, o que resultou em um inadequado e prescindível órgão de difusão do oficialista e poderoso Partido Reelecionista.

No entanto, Caso jamais renunciou formalmente ao reeleccionismo nem à direção de seu órgão propagandístico. Henríquez Ureña escreveu em seu diário “na minha presença [Caso] chegou a redigir uma carta de demissão, mas não arriscou a enviá-la... Em particular ele se manifestava inimigo da atual ordem das coisas, no entanto de jeito nenhum como partidário de Reyes” (*Idem*, p. 171). Por conseguinte, parece muito claro que, ao recuperar as velhas teses de seu mestre Justo Sierra, Antonio Caso estava totalmente convencido da pertinência e até da inevitabilidade moral da democracia liberal – eleitoral, constitucional e representativa – no mundo todo, aquela que as nações “mais civilizadas”, como se dizia frequentemente no início do século XX, aos poucos alcançavam e consolidavam. Mas, do mesmo modo, Caso achava que o México, mesmo depois do porfiriato, estava pouco preparado para a democracia e, o pior de tudo, era também extremamente vulnerável a um estouro social violento, cujas consequências seriam indesejáveis sob qualquer ponto de vista. Caso se considerava, pois, um democrata, mas não um simplista e radical, e sim flexível e moderado no sentido de aceitar que a democracia não era um fim em si

mesmo ou algo que pudesse se alcançar imediatamente no México, a qualquer preço. A democracia chegaria a esse país no devido momento, e era necessário trabalhar a fim de que se conseguisse isso com o menor custo político possível.

Há registros – segundo Quintanilla – de que, quando mais jovem, na informal Sociedade de Estudos Sociais que organizara Pablo Macedo na Escola Nacional de Jurisprudência em 1905, Caso

[...] alvoroçou a plateia com um discurso em que sustentou que os governos aristocráticos eram menos defeituosos que os democráticos. Mestres e estudantes pularam à tribuna para responder ao herege, que lhes respondeu com eloquência argumentando que ele achava as instituições britânicas melhores que as francesas e as norte-americanas (*Idem*, p. 29).

Esse fato revela não só o democrata não dogmático presente desde o iminente ateneísta no início de 1909, mas também um jovem intelectual mexicano anglófilo que, décadas mais adiante, se mostraria especialmente capacitado para apreciar a enorme importância histórica e moral da democracia liberal em sua modalidade britânica, a qual combinava sabiamente tradição com modernidade e indivíduo com comunidade, como se pode testemunhar em seu grande livro de 1941, *La persona humana y el Estado totalitario* (Caso, 2015, pp. 107-108).

Enquanto Antonio Caso colaborava com o Partido Reelectionista, José Vasconcelos aderiu à campanha política de Francisco I. Madero, obrigatoriamente antirreelectionista. O engenheiro Manuel Urquidi os apresentou quando Madero visitou o Distrito Federal para promover e oferecer a algumas pessoas seu livro *La sucesión presidencial em 1910* e dar os primeiros passos na organização de comitês de apoio para sua candidatura. A simpatia entre os dois foi imediata, porque Vasconcelos, além de não ter motivos de queixa pessoal contra o regime de Díaz, almejava uma mudança política para o México e era espírita, assim como Madero (*Idem*, p. 181). Nos primeiros meses de 1909, Vasconcelos estava concentrado em ser um filósofo. “Sua magna ilusão não consistia em transformar o México, mas sim o pensamento ocidental” (*Idem*, pp. 181-182).

Em meados de maio, Madero voltou à Cidade do México para testemunhar a criação do Centro Antirreelectionista do México, que incluiu as assinaturas dos jornalistas Filomeno Mata e Paulino Martínez, de profissionais destacados, como o licenciado Emilio Vázquez Gómez e o já mencionado engenheiro Urquidi, e de jovens intelectuais advogados – Federico González Garza, Luis Cabrera, Roque Estrada e, obviamente, José Vasconcelos. Desde as primeiras atividades políticas do Centro “Vasconcelos descobriu que era um péssimo orador e que o seu forte era a palavra escrita. Não hesitou em aceitar o posto de diretor de *El anti-reelectionista*,

um semanário de pouca tiragem e de aparição imprevisível que o jornalista Paulino Martínez tinha iniciado” (*Idem*, p. 182).

Diferentemente do evasivo e mau diretor editorial que era Antonio Caso, Vasconcelos assumiu com entusiasmo seu cargo de editor principal e “se comprometeu a fundo” – escreve Quintanilla – com a campanha e a causa maderistas. Supervisionava todos os aspectos de produção, impressão e distribuição do jornal *El Anti-reeleccionista* e, sobretudo, escreveu artigos brilhantes, que chamaram a atenção especialmente de Madero: “ao ler esses artigos, não parece que [venham] de um jovem como Vasconcelos, senão de uma pessoa de idade” (*Idem*, p. 183). Vítima de seu próprio sucesso, o órgão de difusão do maderismo acabou por converter-se quase em um diário, e Vasconcelos teve que deixar a direção, sendo substituído por Félix Palavicini.

Em 28 de setembro de 1909, ao meio-dia em ponto, um grupo de policiais chegou com uma ordem judicial acusando “o jornal de ter injuriado o primeiro magistrado da nação” (*Idem*, p. 191) e fechou o jornal, confiscando as novas rotativas e prendendo o pessoal presente: redatores, tipógrafos, repórteres, funcionários administrativos e secretárias. José Vasconcelos e Federico González Garza fugiram para a Hacienda del Limón, em San Luis Potosí, de onde se comunicaram com Madero. Ele lhes respondeu que teriam ajudado mais à causa se tivessem se deixado prender:

Se você se separar do nosso partido, vai perder, talvez, a melhor oportunidade que tiver na vida, ocupar um cargo distinto entre seus concidadãos... Enquanto... se se afastar [...] você conquistará, no máximo, que o tratem com lástima, se não com desprezo, pois [...] apesar de ter iniciado a campanha com tanto vigor, você se desmoralizou com o menor obstáculo com o que tropeçamos [...] (*Idem*, pp. 191-192).

Madero escreveu para Vasconcelos, com palavras ao mesmo tempo martirológicas e visionárias, as quais asseguravam a Vasconcelos um lugar preeminente na história política do México, como um dos construtores da acidentadíssima democracia mexicana. Mas, de imediato, o *oaxaqueño* afastou-se do antirreelecionismo e, por motivos incertos e pessoais, foi para Nova York – quando criança aprendeu inglês na escola elementar de Eagle Pass, Texas, onde a difícil convivência com colegas e professores incubou seu inveterado antinorte-americanismo (Vasconcelos, 1999, pp. 64 ss.). Lá ficou sabendo do resultado das eleições presidenciais mexicanas e do esmagador, mas muito irregular, triunfo da fórmula Díaz-Corral sobre a de Madero e Francisco Vázquez Gómez. Decidiu então voltar para apoiar Madero no que seria certamente um movimento não eleitoral e pacífico, mas violento e armado. Estava a ponto de estourar a chamada Revolução Mexicana.

As eleições ocorreram em 26 de junho de 1910, durante as celebrações do centenário do início da Independência do México, festas que atingiram seu ponto culminante no mês de setembro, em um país que não pensava que estaria nos primeiros meses do ano seguinte totalmente convulsionado. Não obstante a entusiasta e intensa campanha eleitoral maderista, a reeleição de Díaz parecia a princípio tão rotineira e tranquila como as seis anteriores.

Depois das eleições começaram os problemas. O Partido Antirreelecionista pediu a anulação do pleito e, ao ter resposta negativa, seus membros começaram a pensar em um levante que se daria, muito simbolicamente, no dia 14 de julho, mas que não ocorreu. Madero decidiu primeiro esgotar todos os recursos legais, mas depois de sua experiência no cárcere, convocou no Plan de San Luis o célebre levante de 20 de novembro, que não ocorreu de imediato, mas aos poucos tirou o porfirismo de sua autocomplacente situação rotineira.

“Querela de bandoleiros”, assim foi chamado no início o movimento armado maderista, ainda que o Ateneu da Juventude tivesse cancelado sua sessão no salão de atos da Escola de Jurisprudência no dia 4 de março de 1911, tanto pela falta de quórum como pelo fato de Carlos González Peña ter chegado com a notícia de que Díaz tinha pedido a renúncia a quase todos os membros de seu gabinete, até mesmo a Justo Sierra, em uma tentativa de negociar com os rebeldes (Quintanilla, 2008, pp. 260-261). Entre eles já figurava José Vasconcelos, que, depois de deixar na casa de Alfonso Reyes os tomos completos da sua prezada *Enciclopedia Britanica*, “Mambrú se fue a la guerra...” – tais eram ação e senha combinadas (Reyes, 1983, p. 212). Em 26 de abril, chegou a Washington, como representante do Governo Provisório do México, presidido por Francisco Ignacio Madero.

No dia 7 de maio, concluíram-se sem sucesso as negociações entre o regime porfiriano e os representantes maderistas. Três dias depois, Francisco Villa e Pascual Orozco tomaram Ciudad Juárez, e Porfirio Díaz comprometia-se a “renunciar antes de acabar o mês” (Quintanilla, 2008, p. 266). Ao saber dessa notícia, nos dias seguintes, uma multidão, em frente à Câmara dos Deputados, na Cidade do México, exigiu a renúncia de Díaz, que se deu no dia 25 de maio de 1911, após “30 anos, 3 meses e 18 dias de governo direto [...] e quase 34 de ditadura” (*Idem, ibidem*). Francisco León de la Barra assumiu a presidência interina da República com a missão de convocar novas eleições presidenciais. Segundo Quintanilla (2008, p. 267), nesses momentos “Caso se declarava ‘mais porfiriano que nunca’, enquanto Reyes vivia no desencanto, sem entusiasmo algum pelas questões épicas e políticas”.

Às 4h26 da madrugada de 7 de junho de 1911, houve um forte tremor de terra na Cidade do México, que seria o preâmbulo da entrada triunfal, nesse mesmo dia, de Madero em uma elegante carruagem puxada por cavalos, acompanhada por seu

exército revolucionário. No chamado Zócalo da capital mexicana, esperavam-no León de la Barra e a multidão que o saudava. Em 9 de junho também chegava à Cidade do México, proveniente de Havana, Cuba – passando por Porto de Veracruz –, o general Bernardo Reyes, ainda com a intenção de obter o poder presidencial, para o desconsolo de seu rebento ateneísta, que tentava em vão convencê-lo de se afastar da política. Antonio Caso e Alfonso Reyes “se procuravam mutuamente para sentir juntos como se derrubava o mundo” (*Idem*, p. 271): o primeiro, muito temeroso de que o final do porfiriato levasse a uma violenta crise política – o que por fim aconteceu –; o segundo, convicto de que as aspirações de seu pai poderiam ser fatais e levá-lo até mesmo à sua destruição pessoal – como aconteceu durante a chamada Dezena Trágica de fevereiro de 1913.

No entanto, o ateneísta antirreelecionista e revolucionário foi muito bem-recebido por seus colegas com um banquete em sua honra no distinto restaurante Sylvain, onde estavam presentes, entre outros membros da associação, Alfonso Cravioto, Isidro Fabela, Luis Castillo Ledón, Carlos González Peña, Martín Luis Guzmán e Antonio Caso. José Vasconcelos afirmou ali aos ateneístas que tinham feito mal em não apoiar o movimento primeiramente democrático e, depois, insurgente de Francisco I. Madero. O mais lógico, para a sobrevivência da associação, era que Vasconcelos assumisse sua presidência, o que ocorreu em novembro de 1911. Antes, porém, desde o mês de julho, Antonio Caso tinha renunciado à secretaria geral da Universidade Nacional do México, e, em agosto, a convenção do Partido Constitucional Progressista nomeava Madero e José María Pino Suárez como candidatos à presidência e à vice-presidência do México, respectivamente. O general Reyes partiu para Nova Orleans em 23 de setembro; obviamente, Madero e Pino Suárez ganharam as eleições presidenciais em 15 de outubro de 1911. À frente do Ateneu, Vasconcelos, assinala Quintanilla:

Contribuiu para derrubar a fachada porfiriana de sua geração e construir projetos que teriam de modificar o perfil do campo cultural mexicano. Ele faria o papel de intermediário entre o Ateneu e o governo central, jogaria para andar a Universidade Popular Mexicana, modificaria o nome e os estatutos do Ateneu, desde 1912 nomeado do México e não da juventude e triplicaria o número de sócios... Se Vasconcelos não tivesse sido presidente do Ateneu, este teria sobrevivido menos dos três anos que ainda lhe ficavam (2008, p. 275).

O anglófono e o anglófilo

Algumas conclusões, então, estão claras: o antirreelecionista dos ateneístas era um democrata acidental e predisposto ao fato de que a democracia fracassaria e só

poderia se recuperar mediante a força das armas; por outro lado, o reelecionista era um democrata com aspirações políticas pacíficas e que almejava a democracia mediante recursos legais, mesmo que gerados em um contexto não democrático, como o do porfiriato. De onde proviam e quais eram as consequências das respectivas formas de pensar de José Vasconcelos e Antonio Caso? Creio que que ambas surgiram – pelo menos em parte – a partir de como cada um desses personagens entendeu a angloesfera. Entre as consequências desse entendimento está que Vasconcelos abjurou por completo da democracia, abraçando, por fim, o totalitarismo em sua versão nazista, ao passo que Caso se tornou, com o tempo, cada vez mais liberal e democrata, de forma tal que na conjuntura histórica da Segunda Guerra Mundial tomou claramente o partido dos exércitos aliados, reivindicando em particular – e de modo pouco usual no contexto mexicano e latino-americano – a democracia britânica, bem mais que a norte-americana.

Mas o que seria angloesfera? Daniel Hannan entende esse conceito como a porção de fala inglesa do Ocidente ou da cultura ou civilização ocidental; como o conjunto de povos ou nações que desenvolvem não somente o idioma inglês, mas, sobretudo, as tradições legais e políticas originadas no solo britânico que foram transplantadas a outras partes do mundo (Hannan, 2014, pp. 4-14; 313-346). A angloesfera seria composta pelo Reino Unido, os Estados Unidos, a Austrália, a Nova Zelândia e o Canadá, principalmente. Ela foi fundamental para a consolidação e a expansão, ainda que problemática, da democracia liberal e da economia de mercado pelo mundo todo. Por isso pode-se entender a atual “globalização” como uma “anglobalização” (*Idem*, pp. 243 ss.). Porém, o mais relevante da angloesfera, sob o ponto de vista histórico, não é tanto o sucesso e a difusão universais da língua inglesa e de suas formas culturais e sociais, mas sim a promoção imperfeita e acidentada de uma *rule of law*, do “império da lei” ou do “Estado de direito”: do princípio cultural de que antes de mais nada há que cumprir *sempre* com as leis, porque estas são, podem e devem ser as normas de convivência entre indivíduos iguais perante a lei.

A *rule of law* implica não somente uma garantia para os direitos de propriedade e uma regulamentação adequada – que aspira ser cada vez mais justa – do comércio livre entre produtores individuais não monopolistas, mas também uma concepção do poder político como sujeito a regras universais e oriundo de uma relação de *primus inter pares* – “o primeiro entre seus iguais” – ou entre indivíduos formalmente iguais, que concedem ou autorizam que algum deles os governe ou os represente a todos, necessariamente com o consentimento de ditos *pares* – daí o princípio revolucionário norte-americano contido na expressão: “não há tributação sem representação”. Com base na Magna Carta de 1215, imposta ao rei João “Sem Terra” por um parlamento de senhores feudais, é que se fizeram os povos da angloesfera, passo a passo, para-

digmática e solidamente democráticos, que se converteram em uma poderosa mola ocidental da democracia liberal moderna e de uma *rule of law* indispensável para que essa democracia funcionasse (*Idem*, pp. 110-126).

José Vasconcelos não valorizou devidamente a angloesfera e suas implicações. Na opinião do “ateneísta revolucionário”, foi a civilização ocidental em seu conjunto – surgida na Grécia e desenvolvida pelas grandes nações europeias, como França, Alemanha, Espanha, a própria Grã-Bretanha e os países nórdicos e baixos, os quais influenciaram claramente os lugares mais civilizados do continente americano, como Estados Unidos, Canadá ou Argentina – que criou e que tem promovido a democracia liberal no mundo. Concretamente, para o caso do México e de grande parte da América Latina, Vasconcelos (1937, p. 448) propôs que a Espanha tinha sido “nossa mãe” e a França, “nossa mestra”, e que, não fossem os obstáculos interpostos ao processo da civilização, a democracia já teria se arraigado no México e na América Latina. Porém, esses obstáculos tinham que ser combatidos, em última instância – pensava Vasconcelos –, por meio da força ou da violência. Antonio Caso, em contrapartida, sempre evitou elogiar a violência, reivindicando permanentemente a legalidade.

Hoje é comum rastrear as ideias políticas e históricas de José Vasconcelos nos volumes de sua grande autobiografia novelada – *Ulises criollo*, de 1935; *La tormenta*, de 1936; *El desastre*, de 1938; *El preconsulado*, de 1939; e *La flama*, de 1959 – ou em aguerridos ensaios como “La raza cósmica”, de 1925 (Vasconcelos, 2015). Um livro seu, no entanto, contemporâneo às autobiografias, expressou com clareza essas ideias, prescindindo das vivências pessoais ou de seu aspecto biográfico. Trata-se da *Breve história do México*, de 1936 (Vasconcelos, 1937). Nesse texto esquecido, mesmo que muito badalado, Vasconcelos concluiu que o México e muitas outras nações latino-americanas eram essencial e cabalmente mestiças, com um componente espanhol enaltecido e imprescindível, e que um fenômeno singular conseguiria tirar o mérito e insultá-lo para promover um muito daninho “aztequismo” em solo mexicano e um autêntico “incaísmo na América do Sul” (*Idem*, p. 302).

No México esse fenômeno poderia chamar-se “poinsettismo”, “Plan Poinsett” ou “Programa de Poinsett” – termos inspirados em Joel Poinsett, o primeiro representante dos Estados Unidos na República Mexicana, de 1825 a 1830 –, que consistia no projeto anglo-saxônico e principalmente norte-americano de quebrantar a alma mestiça dos povos latino-americanos, promovendo com sucesso em suas sociedades uma intensa guerra de castas – especialmente entre indígenas, crioulos e “peninsulares”. Tratava-se de uma inviável e desatinada organização nacional liberal-individualista, como federação de estados soberanos, e, até mesmo, uma fustigação protestante, judaica e maçônica contra a catolicidade de nossos povos, com o duplo propósito de obter proveito da América Latina e do México como entidades ingovernáveis,

caóticas, e de favorecer os interesses econômicos do capitalismo ianque e britânico, tanto quanto as ambições de poder das nações anglo-saxônicas. Com a Doutrina Monroe, formulada desde 1823, os Estados Unidos reservaram para si um controle do México – fraturado e empobrecido pelo “poinsettismo” – e trabalharam a fim de que exclusivamente a Grã-Bretanha – entre os países europeus – adquirisse influência sobre a América do Sul. Vasconcelos destacava em sua *Breve história do México* uma tríade nefasta de embaixadores norte-americanos nesse atribulado país, promotores e artífices eficazes do “poinsettismo”: Henry Lane Wilson – um dos responsáveis diretos da queda e morte do presidente Madero em 1913 – e Dwight W. Morrow, o embaixador norte-americano durante as presidências de Plutarco Elías Calles e Emilio Portes Gil, que consolidou a inequívoca submissão do México aos interesses econômicos e políticos da grande potência do Norte.

Sob essa perspectiva dualista de alma, ou melhor, raça mestiça – indígena e espanhola –, alcançada no México e em países afins, Vasconcelos sempre considerou muito importante “as raças” humanas – não se deve esquecer que entre suas teses filosóficas fundamentais estão a “raça cósmica” e o “poinsettismo”. Ele interpretou as campanhas políticas e militares e a presidência de Francisco I. Madero como o momento em que o México poderia ter ingressado ao concerto das nações civilizadas e democráticas do mundo. Mas o imperialismo anglofalante não permitiria isso, e os governos do usurpador Victoriano Huerta e do porfiriano Venustiano Carranza fizeram com que o México voltasse à sua habitual condição de despotismo e barbárie, tão rentáveis para o imperialismo. Segundo Vasconcelos, as coisas corrigiram-se um pouco com a presidência de Álvaro Obregón – de 1920 a 1924 –, que retomando os ideais maderistas governou com pessoas civilizadas e educadas, como o próprio José Vasconcelos, que foi seu flamante e – assim até hoje considerado no México – exemplar secretário de Educação Pública – como realmente foi (Garcíadiego, 2015, pp. 29-49).

No entanto, a presidência de Elías Calles e a malograda ambição de Obregón, que procurou se reeleger para trair visivelmente a revolução maderista, terminaram por decompor os esforços dessa revolução. Foi nesse momento da história mexicana – 1928 – que Vasconcelos se separou completamente da democracia – em particular, em seu país – e decidiu concebê-la como um simples instrumento estratégico para fazer um trabalho que só poderia se realizar mediante a violência. Assassinado Obregón – já tinha sido eleito presidente –, novas votações aconteceram em novembro de 1929. Plutarco Elías Calles tinha se convertido no “chefe máximo da Revolução Mexicana” e liderou o que hoje se conhece como o “maximato”, impondo seu programa político a uma série de presidentes – entre 1928 e 1934 –, que Vasconcelos chamou, acertadamente, de “fantoques”: Emilio Portes Gil, Pascual Ortiz Rubio e Abelardo Rodríguez Luján. O próprio Vasconcelos escreveu em sua *Breve história*:

O [cidadão] José Vasconcelos, ex-Ministro de Educação Pública de Obregón e velho maderista, aceitou a postulação dos independentes. Aceitou-a, não porque acreditasse que um governo como o de Calles pudesse reconhecer os efeitos de uma votação livre, mas para dar o exemplo e para preparar o terreno para uma rebelião nacional que jogasse fora do governo toda a bastardia callista (Vasconcelos, 1937, pp. 617-618).

Houve eleições, triunfou fraudulenta e esmagadoramente, com 2 milhões de votos, o candidato oficial, Pascual Ortiz Rubio, e a Vasconcelos foi atribuído o último lugar da votação presidencial, com irrisórios 12 mil votos (*Idem*, p. 620). Mas Vasconcelos se faria chamar “presidente eleito” – como Madero tinha feito – e pronunciou o Plan de Guaymas, convocando a rebelião armada. Ele mesmo reconheceu com pesar imenso: “O povo [...] não soube referendar seus aplausos quando chegou a hora de fazer respeitar o voto que fez Vasconcelos presidente. A rebelião prevista e anunciada pelo candidato não se consumou. Alguns preferiram esperar outra eleição na qual sim se respeitasse o voto... Ainda estão esperando” (*Idem*, p. 616). E continuou:

Este país, disse uma vez Vasconcelos a um general que não lhe concedia apoio armado; este país tem feito cem revoluções para exaltar caudilhos do tipo Santa Anna e hoje, que pretendo fazer respeitar o sufrágio, não acho cem homens que queiram acompanhar-me à Serra. E alguns militares excitados pelo general perguntaram ao candidato derrotado: o senhor tem o apoio dos Estados Unidos? E Vasconcelos respondia: porque não tenho esse apoio, por isso cada mexicano deveria aprontar-se a me apoiar. E não acho mais eco do que indiferença e zombaria (*Idem*, p. 626).

Depois desse episódio, que levou novamente Vasconcelos ao exílio nos Estados Unidos e que colocou os últimos rebites em sua desconfiança na democracia, ele foi visto protagonizando outro capítulo de sua participação na revista mexicana pró-nazista, *Timón*. Essa passagem da vida de Vasconcelos, por muito tempo eludida na historiografia mexicana, hoje é amplamente aceita. O primeiro autor que destacou tal fato foi o crítico literário judeu nascido na Ucrânia, Itzhak Bar-Lewaw, inicialmente em *José Vasconcelos, vida y obra* (1966, México, Intercontinental, com prólogo de Salvador Azuela) e depois em *La revista “Timón” y José Vasconcelos* (1971, México, Edimex). Essas investigações têm sido auxiliadas nas últimas décadas por Héctor Orestes Aguilar (2007), Mauricio Pilatowsky (2014) e o historiador mexicano Alejandro Rosas (2005), entre outros.

A revista *Timón* foi publicada de fevereiro a junho de 1940 em dezessete números. José Vasconcelos figurava como diretor; o cubano César Calvo, como “gerente” administrador. É sabido que Walter Dietrich – ou Arthur, segundo

Aguilar –, membro do Partido Nacional Socialista Operário Alemão e funcionário da prensa da Embaixada da Alemanha no México, deu o financiamento necessário para o que consideravam uma “revista continental”. Teve sessenta colaboradores, a maioria deles jornalistas de direita de pouca importância, como Carlos Roel ou Francisco Struck, mas também escritores prestigiados como Andrés Henestrosa, Gerardo Murillo Cornado – conhecido como o Dr. Atl –, Alejandro Junco, Rafael Aguayo Spencer, David Niño Arce, María Elena Sodi de Pallares e, evidentemente, o próprio José Vasconcelos.

A revista era de notícias internacionais, culturais e políticas, ainda que enfatizasse a Alemanha e os progressos e planos do nazismo durante a guerra em curso. Seu material fotográfico era alemão, italiano e japonês e exaltava também os êxitos do Japão. As seções da revista – “Livros e ideias”, “Panorama internacional”, “A semana do México”, “Documento para a história”, entre outras – tinham um forte conteúdo contra os aliados e era, sobretudo, antijudaica. Os Estados Unidos ainda não estavam na guerra, de modo que não havia muitas críticas a eles, mas sim a advertência de que se mantivessem à margem das ações bélicas, porque a vitória alemã estaria assegurada. E o México faria muito bem em preparar-se para um regime pró-nazista que poderia ser encabeçado por José Vasconcelos. A revista incluía editoriais anônimos claramente escritos por Vasconcelos, além de seus artigos assinados, e mostrava fotografias dele e de seus colaboradores com pessoas da embaixada alemã, ostentando uma clara filiação nazista. No editorial sem assinatura de seu primeiro número, intitulado “Timón se define”, lia-se: “Pelo momento, nosso interesse está no enfraquecimento da hegemonia anglo-saxônica no planeta. Nossa exigência de povos em formação é que se derrubem todas as barreiras que têm atrapalhado nosso progresso [...]. Por trás de nossos fracassos elevou-se, sorridente, o poinsettismo, mais poderoso a cada dia [...]” (citado em Aguilar, 2007, pp. 152-153). Não há dúvida de quem escreveu essas linhas... Já no número 16, de 8 de junho de 1940, com o título de “La inteligencia se impone”, Vasconcelos afirmou:

A força não lhe vem a Hitler do quartel, mas do livro que lhe inspirou sua sagacidade. Hitler não deve o poder às tropas, nem aos batalhões, mas a seus próprios discursos... Hitler representa, em síntese, uma ideia, a ideia alemã, tantas vezes humilhada outrora pelo militarismo dos franceses, a perfídia dos ingleses. Contra Hitler, é certo, estão combatendo “democracias” governadas por civis. Mas são democracias de nome... (citado em Bar-Lewaw, 1982, p. 155).

Em outro artigo (número 14, publicado em 14 de maio de 1940), intitulado “Ante el destino”, Vasconcelos afirma:

Os acontecimentos bélicos precipitam-se com tal rapidez que nada pode prognosticar-se com uma hora de antecedência. Mas o que sim vai parecendo evidente, mesmo para os obstinados, é o triunfo de Alemanha sobre seus rivais [...]. Até as pedras já sabem que a democracia ficou sepultada desde o dia em que os principais povos da época entregaram seus destinos, já não à liberdade do sufrágio, como nas pequenas repúblicas medievais da Itália ou da Espanha, mas [às] máfias [sic] judeu-maçônicas que têm vindo explorando o afã e a angústia, a inocência e a desventura das nações [...]. A Alemanha se levantou à voz de seus poetas e seus filósofos para construir o que será, já amanhã, o primeiro império da época (citado em Pilatowsky, 2014, p. 167).

Efetivamente, Mauricio Pilatowsky destaca que, nos primeiros cinco meses de 1940, as tropas de Hitler conquistaram Dinamarca, Noruega, Luxemburgo, Holanda, Bélgica e França e não chegaram à Grã-Bretanha por conta do obstáculo que representava o Canal da Mancha. Os prognósticos de *Timón* mostravam-se certos, e o capítulo final de *La persona humana y el estado totalitario*, de Antonio Caso – publicado em 1941 –, refletia justamente o desassossego dos que não queriam o triunfo do hitlerismo. Contudo, como Héctor Orestes Aguilar escreveu, “três dias depois da entrada da Wehrmacht em Paris, em 15 de junho de 1940, César Calvo foi afastado, e *Timón*, confiscada para sempre pelo Ministério de Governança” (Aguilar, 2007, p. 157).

É claro que em 1940 Vasconcelos se deixou guiar pelo ditado de que o inimigo – quer dizer, Alemanha nazista – de meu inimigo – os anglo-saxões – é meu amigo. Finalmente havia surgido uma potência capaz de submeter as que ele tanto odiava. Depois da Segunda Guerra Mundial, persistiria, contudo, em suas ideias afinidades com o totalitarismo. Em 1955, por exemplo, ele escreveu o prólogo para a segunda edição do livro do jornalista mexicano pró-nazista, Salvador Borrego, *Derrota mundial* (México, Tipografías Editoriales). Ali argumentou que a versão histórica aceita para esta guerra era, obviamente, a dos vencedores. Os nazistas não tinham causado o desastre que se lhes atribuiu. O Holocausto era só uma invenção dos judeus. Alejandro Rosas sugere assim que:

O nazismo não foi nem o único nem o último deslize antidemocrático de Vasconcelos. Na década de 50 foi recebido por Franco na Espanha, Perón na Argentina e Batista em Cuba. Mais significativo resultou o caso de Fidel Castro. Diz-se que quando o Comandante assumiu o poder, Vasconcelos lhe enviou uma carta aconselhando-o: “senhor, não siga o exemplo de fraqueza de Madero, seja duro; porque, de outra forma, a realidade de um povo que não lhe responderá, o engolirá” (Rosas, 2005).

E Antonio Caso? Como atuou o chamado “ateneísta conservador” durante as décadas de 1920, 1930 e 1940? Basicamente recluso na vida acadêmica, entregue

aos “altos estudos” que cultivava na renascente Universidade Nacional do México e à construção de um sistema filosófico próprio, que publicou em um opúsculo de 1916 e, três anos mais tarde, um pequeno livro intitulado *La existencia como economía, como desinterés y como caridad* (Caso, 1972). Seu sistema propunha um “cristianismo filosófico” vinculado à alma mestiça do povo mexicano, segundo a qual a realização do sentido da vida humana na estava radicada no interesse econômico nem no desinteresse e na contemplação estética, mas sim no amor ou na caridade cristã, no sentido agustiniano ou franciscano do termo. Toda a filosofia universal, desde a grega e a de todos os povos antigos da Terra até a moderna e contemporânea, poderia reduzir-se a apenas três palavras: “imitem Jesus”; não o Jesus Cristo divino mas simplesmente Jesus, o ser humano mais perfeito e completo de quantos houve na história. É claro que o cristianismo filosófico de Antonio Caso aproximava o escritor do pensamento católico e do conservadorismo ideológico-político vinculado a este, mas Caso sempre insistiu que ele não era propriamente um católico ou um cristão na sua acepção religiosa; o era apenas e estritamente no plano filosófico.

Enquanto “o mestre Antonio Caso” desenvolvia e ensinava sua filosofia pessoal, começou também a escrever sobre o México em alguns de seus livros da década de 1920: *Discursos a la nación mexicana*, 1922, e *El problema de México y la ideología nacional*, 1924. No primeiro, Caso afirma que a Rússia “Tem problemas que se confundem com os nossos. Deve converter seu despotismo genuíno, oriental, em vida livre, popular e representativa. E este é completamente nosso apavorante problema nacional, a partir do dia em que se proclamou a república sobre o desastre imperial de D. Agustín de Iturbide” (Caso, 1976a, p. 28). No segundo, assinala que:

Enquanto não resolvermos nosso problema antropológico, racial e espiritual; enquanto exista uma grande diferença humana de grupo a grupo social e de indivíduo a indivíduo, a democracia mexicana será imperfeita; uma das mais imperfeitas da história. Mas é imbecil dizer que não estamos preparados para efetivá-la por completo e que, portanto, devemos optar por outra forma de governo. Os fuzilamentos de Padilla e o Cerro de las Campanas testemunharão que no solo do México não enraízam impérios. O que enraíza é a tragédia terrível em que nós vivemos, em que nos movemos e somos (Caso, 1976b, pp. 70-71).

O autor está se referindo ao fuzilamento de Iturbide e de Maximiliano de Habsburgo, e sobre o “apavorante problema nacional”, aquela “tragédia terrível em que vivemos [...] e somos”, não é outra que uma democracia extremamente defeituosa e mal insinuada, vinculada, ademais, a injustiças enormes que ocorreram no México das primeiras décadas do século XX e à impossibilidade de superá-las com outro regime

que não seja o democrático, problema tão corrigível na nação latino-americana. Em ambos os livros, Caso colocava por escrito o que vinha pensando desde muito tempo: a tese de que o México, assim como todos os países do mundo, finalmente teria de fazer-se democrático, mas por vias que, na realidade, construísem a tal democracia e não mediante a violência de uma ditadura, mesmo que fosse benevolente, como a de Díaz. Em um artigo publicado no diário *Excelsior*, em 18 de maio de 1925, Caso se permitiu também questionar diretamente o mito inicial do nacionalismo revolucionário – o mito do pretense caráter explorador da ditadura de Porfirio Díaz –, reivindicando de maneira prudente, mas com valentia, o porfiriato: “As causas eficientes e profundas da Revolução Mexicana há que procurá-las no curso da história nacional, desde seus inícios, e não atribuí-las, rapidamente, só ao governo que derrubou o movimento acaudilhado por D. Francisco I. Madero” (Caso, 1976c, p. 315).

Caso persistiria, pois, em sua maneira de pensar dos primeiros anos do século XX, afinando-a com a ideia de caridade, filosofia da existência humana que desenvolveu durante as décadas de 1910 e 1920. Ao persuadir-se de que os humanos são, acima de tudo, seres morais e de que sua moralidade descansa em uma liberdade da que carecem os demais animais na natureza, Caso passou a repudiar cada vez mais a violência e foi se aproximando de uma postura liberal reivindicadora da liberdade humana essencial e de seus mais importantes corolários políticos, isto é – recuperando a expressão do dramaturgo norueguês Henrik Ibsen –, “fundamentos da sociedade”: liberdade de pensamento e de expressão, liberdade de associação política e liberdade para possuir bens, produzi-los e trocá-los. Ele manifestou essa visão na imprensa escrita da época, em vários de seus livros das décadas de 1930 e 1940 e, particularmente, no I Congresso de Universitários Mexicanos, em setembro de 1933 (Moreno, 1997, p. 218). Fazendo eco à iminente proposta do futuro regime cardenista em torno de uma educação socialista para todos os mexicanos, o ex-aluno de Antonio Caso, diretor da Escola Nacional Preparatória e líder operário esquerdista, Vicente Lombardo Toledano, propôs que a Universidade Nacional Autônoma do México adotasse como doutrina oficial o materialismo histórico e dialético de Marx e Engels, ao qual Caso se opôs veementemente, defendendo a “liberdade de cátedra” como uma liberdade de ensino e pesquisa.

Brevemente, a proposta de Caso passou a assinalar que todas as filosofias ou doutrinas oficiais adotadas por uma universidade ou pelo Estado eram excludentes e totalitárias, pois se assumiam sempre como uma verdade alcançada, absoluta, e impossibilitavam que outras doutrinas filosóficas e científicas fizessem suas respectivas contribuições – no ambiente de liberdade necessário para se desenvolverem –, das quais poderia se originar a verdade sobre quaisquer matérias. “Filosofia oficial” é um termo que contradiz o próprio conceito de “filosofia”, qual seja, “amor à sabedoria” ou

procura incansável do conhecimento necessariamente possível de aperfeiçoamento (Caso, 2015, pp. 48-53).

O Congresso de Universitários de 1933 aprovou, por fim, a proposta de Vicente Lombardo Toledano, obrigando o reitor Medellín a aplicar a resolução adotada. Mas como Alejandro Estrella salienta:

Entre aclamações para Caso e para a liberdade de cátedra dos estudantes católicos, apoiados pelos professores da Faculdade de Direito, promoveu-se uma greve geral que desembocou na renúncia dos diretores das diferentes faculdades e do reitor Roberto Medellín. Na Assembleia Constituinte da Universidade, as organizações católicas conseguiram que [Manuel] Gómez Morin fosse eleito reitor interino [...] (Estrella González, 2013, p. 563).

Esse relevante personagem da história política do México – entre outras coisas, fundador, em 1939, do Partido da Ação Nacional – encarregou-se de que a proposta aprovada no congresso jamais fosse levada a cabo e de que a universidade atingisse sua desejada autonomia. Hoje, as pessoas não lembram de que tal autonomia foi conquistada diante de um Estado que via com bons olhos a doutrina marxista e que aspirava torná-la oficial. O governo mexicano dessa época tentou afogar a Unam ao regatear-lhe o subsídio estatal que, na atualidade, não é apenas inquestionável mas praticamente total. A partir de 1933, Antonio Caso passou a defender eloquentemente suas ideias a favor da liberdade de cátedra e contrárias à intromissão do Estado na atividade universitária. O mais importante de seus escritos a esse respeito é o segundo capítulo do livro *La persona humana y el estado totalitário* (1941), intitulado “A filosofia oficial e a filosofia”. Essa obra é extremamente relevante na produção filosófica de Caso, já que ali o autor argumentou de modo mais completo sua convicção democrática liberal, opondo-a aos totalitarismos políticos que naqueles tempos – finais dos anos de 1930 e princípio da década de 1940 – constituíam uma ameaça muito séria à democracia no mundo: os regimes da Alemanha nazista, ao comando de Adolf Hitler, e da Rússia soviética, governada por Josef Stalin (Ezcurdia Corona e Hernández Prado, 2012, pp. 145-209). ‘Com a frase mais ressoante do livro “*o liberalismo é falso, mas a liberdade é verdadeira*” (Caso, 2015, p. 109, grifo do autor), Antonio Caso queria dizer que se o liberalismo é concebido como a doutrina principal oitocentista, que entende a liberdade dos seres humanos e a democracia liberal como fins em si mesmos, então o chamado liberalismo estaria errado, pois não obtemos nossa liberdade inerente por evolução social ou de um modo histórico-cultural, *mas que já somos seres livres* – até mesmo por evolução natural, que, ao gerar a humanidade, produz nossa liberdade essencial, capaz de favorecer, agora sim com o desenvolvimento da civilização, as liberdades

civis de pensamento e expressão, associação política e disposição e criação de bens. Por outro lado, a democracia tampouco é um fim em si mesmo, mas a rigor é um *meio* – o melhor de todos os disponíveis entre as monarquias e as ditaduras – para alcançar a *república culta*, ou a melhor sociedade política das pessoas humanas.

Ser uma pessoa é ser insubstituível, propôs Caso em seu livro de 1941 (2015, pp. 142-144). São insubstituíveis cada um dos seres humanos e também as sociedades que eles conformam. Mas nesses *seres sociais*, compostos por *peças humanas* e totalmente a serviço de seus semelhantes, podem e devem equilibrar-se da melhor forma possível os elementos essenciais da *república culta*, isto é, a *liberdade*, a *autoridade* e a *lei*, ocasionando bem-estar e prosperidade indiscutíveis, que consistem no desenvolvimento multidisciplinar dos indivíduos que integram essa república (*Idem*, pp. 35-38).

Nem as monarquias nem as ditaduras são o meio mais adequado para conquistar essa república singular, mas sim a democracia nascida na antiga Atenas e aperfeiçoada no liberalismo moderno. A democracia vigente nas repúblicas cultas promove e apoia o desenvolvimento pleno da pessoa humana, mas na atualidade existe um tipo terrível de ditadura – afirmava Caso nos anos de 1930 e 1940 –, totalmente oposto à democracia, por destruir e esmagar as pessoas humanas. Trata-se de regimes totalitários, inspirados em filosofias oficiais como o nazismo – uma exaltação insustentável da raça ariana – e o socialismo – a sublimação descomedida da classe operária. É evidente que as democracias sempre são falíveis e nem todas possuem um mesmo grau de aperfeiçoamento. Naquele momento, afirmava Caso em 1941, a melhor democracia do mundo é a britânica, que Winston Churchill dirigia de modo exemplar. Antonio Caso, assim, se perguntava sobre o indivíduo e o Estado totalitário: “para onde irá o mundo? Para os rumos da liberdade inglesa ou pelos caminhos do Estado totalitário russo? Deus salve a velha Inglaterra!” (*Idem*, p. 107); e com isso dizia tudo; hoje a história tem lhe dado, moral e materialmente, razão.

Epílogo: uma troca de papéis

Em 1910, o “ateneísta revolucionário” e antirreelecionista José Vasconcelos apoiou a luta de Madero e, em consequência, a democracia liberal, na qual acreditou de modo estratégico até a década de 1920, quando sua crescente anglofobia o convenceu da viabilidade da violência armada como método legítimo para a consecução do poder político. Enquanto isso, nesse mesmo ano, o “ateneísta conservador” e reelecionista vergonhoso, Antonio Caso, quis dar uma oportunidade final à ditadura porfirista, apesar de manter esperanças em uma democracia que passou a valorizar cada vez mais durante os anos de 1920 e 1930, quando sua permanente anglofilia o levou

abertamente a tomar partido pelas democracias ocidentais, em especial pela britânica, em seu desatado conflito com o totalitarismo nazista e sua potencial oposição ao totalitarismo soviético.

Em 1940, os papéis de ambos os ex-ateneístas foram totalmente trocados. Vasconcelos, o velho antirreelecionista, renegava abertamente a democracia e apoiava as ditaduras, sobretudo o totalitarismo hitleriano, ao tempo que Caso, que havia sido reelecionista, tornara-se democrata decidido e consciente da relevância da angloesfera, que entendeu a importância das nações anglo-saxônicas, especialmente o Reino Unido, na defesa e na justificação das democracias em todo o mundo. A centralidade da lei, a liberdade, a autoridade legal e a legitimidade dessas nações integram os elementos indispensáveis da república culta. Embora Caso não tenha falado explicitamente acerca do México em *La persona humana y el estado totalitario*, é evidente que o contexto mexicano em que ele escreveu era o regime cardenista, que consolidou o projeto supostamente revolucionário, porém claramente antidemocrático, que perdurou no México até os últimos anos do século XX.

Referências Bibliográficas

- AGUILAR, Héctor Orestes. (2007), “Ese olvidado nazi mexicano de nombre José Vasconcelos”. *Istor*, 30 (8): 148-157.
- BAR-LEWAW, Itzhak. (1982), “La revista ‘Timón’ y la colaboración nazi de José Vasconcelos”. In: BUSTOS, Eugenio de (org.). *Actas del IV Congreso Internacional de Hispanistas*, vol. 1, pp. 151-156.
- CASO, Antonio. (1972), “La existencia como economía, como desinterés y como caridad”. In: _____. *Obras completas*. Ciudad de México, Universidad Nacional Autónoma de México, vol.3, pp. 23-120.
- _____. (1976a), “Discursos a la nación mexicana”. In: _____. *Obras completas*. Ciudad de México, Universidad Nacional Autónoma de México, vol. 9, pp. 1-63.
- _____. (1976b), “El problema de México y la ideología nacional”. In: _____. *Obras completas*. Ciudad de México, Universidad Nacional Autónoma de México, vol. 9, pp. 65-97.
- _____. (1976c), “Apéndice”. In: _____. *Obras completas*. Ciudad de México, Universidad Nacional Autónoma de México, vol.9, pp. 221-361.
- _____. (2015), *La persona humana y el Estado totalitario*. Ciudad de México, inédito.
- ESTRELLA GONZÁLEZ, Alejandro. (2013), “La recepción del marxismo en el campo filosófico mexicano de los años treinta: una interpretación desde la sociología de la filosofía”. *Estudios Sociológicos*, 92 (31): 551-579.
- EZCURDIA CORONA, José & HERNÁNDEZ PRADO, José. (2012), *El centinela insobornable*:

- algunas fuentes y consecuencias del pensamiento de Antonio Caso*. Ciudad de México, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Azcapotzalco e Almaqui.
- GARCIADIEGO, Javier. (2015), "La educación pública entre el porfiriato y la revolución: de Justo Sierra a Vasconcelos". In: _____. *Autores, editoriais, instituciones y libros: estudios de historia intelectual*. Ciudad de México, Colegio de México, pp. 11-50.
- HANNAN, Daniel. (2014), *Inventing freedom: how the English-speaking peoples made the modern world*. Nova York, Broadside/Harper Collins.
- HERNÁNDEZ PRADO, José. (2010), "Porque 'un piquete de alfiler es suficiente para desinflar un globo...': José María Vigil y el positivismo mexicano". *Estudios Sociológicos*, 83 (28): 561-577.
- _____. (2013), "Estudio introductorio". In: VIGIL, José María. *Textos filosóficos*. Ciudad de México, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Azcapotzalco, pp. 7-96.
- MORENO, Rafael. (1997), "La universidad de Antonio Caso: comunidad de cultura libre". In: BARRÓN, Carlos Ayala Barrón *et al.* (orgs.). *Rafael Moreno y su filosofar sobre la educación mexicana*. Ciudad de México, Universidad Autónoma de Sinaloa/Universidad Nacional Autónoma de México, pp. 217-277.
- PILATOWSKY, Mauricio. (2014), "El acercamiento de José Vasconcelos al nazismo y su dirección de la revista El Timón". *Estudios*, 110 (12): 159-175.
- QUINTANILLA, Susana. (2008), "*Nosotros*": *la juventud del Ateneo de México: de Pedro Henríquez Ureña e Alfonso Reyes a José Vasconcelos e Martín Luis Guzmán*. Ciudad de México, Tusquets.
- REYES, Alfonso. (1983), "Pasado inmediato". In: _____. *Obras completas de Alfonso Reyes*. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, pp. 173-278.
- ROSAS, Alejandro. (2005), "El otro Vasconcelos". Disponível em <http://calderon.presidencia.gob.mx/2005/07/el-otro-vasconcelos>, consultado em 25/5/2016.
- VASCONCELOS, José. (1937), *Breve historia de México*. 2. ed. Ciudad de México, Botas.
- _____. (1999), *Ulises criollo*. Ciudad de México, Trillas.
- _____. (2015), *La raza cósmica*. Ciudad de México, Porrúa.
- VIGIL, José María. (2013), *Textos filosóficos*. Ciudad de México, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Azcapotzalco.

Resumo

Três décadas após o Ateneo de la Juventud: José Vasconcelos, Antonio Caso e a democracia liberal

Em 1910, um dos filósofos do mexicano Ateneo da Juventude (1909-1912), José Vasconcelos (1882-1959), aderiu à campanha presidencial de Francisco I. Madero, enquanto que outro, Antonio Caso (1883-1946), apoiava a sétima reeleição de Porfirio Díaz. Trinta anos depois, em 1940 e no contexto internacional da Segunda Guerra Mundial, um dos antigos ateneístas apoiava a Alemanha nazista, enquanto o outro tomava partido pelas democracias ocidentais, especificamente a britânica. No entanto, agora Vasconcelos era o primeiro e Antonio Caso, o segundo. Os papéis foram totalmente trocados.

Palavras-chave: Ateneo da Juventude; Antonio Caso; José Vasconcelos; Democracia liberal no México; Angloesfera.

Abstract

Three decades after the Ateneo de la Juventud: José Vasconcelos, Antonio Caso and liberal democracy

In 1910, one of the philosophers from Mexican Ateneo de la Juventud (1909-1912), José Vasconcelos (1882-1959), joined the Francisco I. Madero's presidential campaign, whilst the other one, Antonio Caso (1883-1946), gave his support to Porfirio Diaz's seventh reelection. Thirty years after, in 1940 and in the context of World War II, one of the former *ateneísta* backed up the German Nazis, and the other took the side of Western democracies, particularly the British one. But now Vasconcelos was the first and Antonio Caso the second. Their roles have been fully inverted.

Keywords: Ateneo de la Juventud; José Vasconcelos; Antonio Caso; Mexican liberal democracy; Anglosphere.

Texto enviado em 29/2/2016 e aprovado em 18/3/2016. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2016.111591.

JOSÉ HERNÁNDEZ PRADO é professor-pesquisador titular no Departamento de Sociologia da Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco. E-mail: johprado@prodigy.net.mx.

